



A Ciência da Informação em Portugal nas primeiras décadas do século XXI: uma abordagem preliminar para uma cartografia iberoamericana

Information Science in Portugal in the first decades of the 21st century: A preliminary approach to an Ibero-American cartography

Maria Manuel Borges:* Faculdade de Letras/CEIS20, Universidade de Coimbra, Portugal
mmb@fl.uc.pt
 0000-0002-7755-6168.

Maria Cristina Vieira de Freitas: Faculdade de Letras/CEIS20, Universidade de Coimbra, Portugal.
cristina.freitas@fl.uc.pt
 0000-0002-8849-8792.

Silvana Roque de Oliveira: CEIS20, Universidade de Coimbra/CHAM - Centro de Humanidades, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
silvana.oliveira@student.fl.uc.pt
 0000-0001-6100-1777.

Como citar: Borges, M. M.; de Freitas, M. C. V.; & de Oliveira, S. R. (2019). A Ciência da Informação em Portugal nas primeiras décadas do século XXI: uma abordagem preliminar para uma cartografia iberoamericana. *Bibliotecas. Anales de Investigación*; 15(1), 260-292.

Recebido: 3 de agosto de 2018
Revisado: 4 de setembro de 2018
Aprovado: 7 de setembro de 2018

Maria Manuel Borges
Maria Cristina Vieira de Freitas
Silvana Roque de Oliveira

RESUMO

Objetivo: Este trabalho visa contribuir para uma cartografia ibero-americana através da análise da produção científica em Ciência da Informação em Portugal.

Desenho/Metodologia/Enfoque: Apurou-se a oferta formativa em Ciência da Informação no país, os resultados da investigação avançada com foco nas teses de doutoramento concluídas em universidades portuguesas e respetivos temas, e analisaram-se as revistas científicas publicadas em Portugal.

Resultados/Discussão: A análise temática das teses concluídas evidencia uma forte concentração da maioria do conteúdo da investigação produzida, no âmbito dos programas de doutoramento analisados, em torno de um grupo minoritário de temas e de subtemas, interpretado como tendências. No que às revistas diz respeito, existe um trabalho editorial recente muito meritório, que passa pela requalificação dos títulos em termos formais e científicos.

Conclusões: A formação em Portugal na área de Ciência da Informação tem um longo percurso temporal, tendo nas últimas duas décadas sofrido uma transformação expressiva. O aumento do número de doutorados é um sinal muito positivo para a Ciência da Informação em Portugal. As revistas publicadas em Portugal refletem uma tendência clara pelo acesso aberto, com opção pela 'via dourada'.

Originalidade/Valor: Este trabalho analisa as principais transformações na formação em Ciência da Informação em Portugal, destacando a formação avançada em termos quantitativos e tendências de investigação, bem como os principais canais de disseminação da investigação, as revistas científicas publicadas em Portugal e a sua adaptação a uma exigência crescente de presença em bases de dados internacionais.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Portugal; Formação superior; Teses de doutoramento; Análise temática; Revistas científicas.

ABSTRACT

Objective: This work aims to contribute to an Ibero-American cartography through the analysis of the scientific production in Information Science in Portugal.

Design/Methodology/Approach: In order to fulfil this objective, the training offered in Information Science in the country was obtained, the

* Autora correspondente.

results of the advanced research focused on the doctoral theses defended in Portuguese universities and related themes, and analyzed the scientific journals published in Portugal

Results/Discussion: *The thematic analysis of the completed theses shows a strong concentration of the majority of the content of the research produced, within the scope of the doctoral programs analyzed, around a minority group of themes and sub-themes, interpreted as tendencies. As far as journals are concerned, there is a very meritorious recent editorial work, which involves the requalification of titles in formal and content terms.*

Conclusions: *The training in Portugal in the area of Information Science has a long-time course, having undergone a significant transformation in the last two decades. The increase in the number of doctorates is a very positive signal for Information Science in Portugal. The journals published in Portugal reflect a clear trend towards the option of the 'golden road'.*

Originality/Value: *This work analyzes the main transformations in the training in Information Science in Portugal, highlighting the advanced training in quantitative terms and research trends, as well as the main channels of dissemination of research, the scientific journals published in Portugal and their adaptation to a requirement presence in international databases.*

Keywords: *Information Science; Portugal; Higher education; PhD thesis; Thematic analysis; Scientific journals.*

Introdução

A formação na área de Ciência da Informação (CI) que, em Portugal, tem mais de um século de existência, repercute-se não apenas na profissão, mas também na investigação produzida. Num tão longo período de tempo, em que mudou tanto a sociedade quanto a profissão, esta área foi marcada por várias fases, todas elas sintomáticas da evolução das necessidades sentidas e da própria afirmação desta área de conhecimento.

Apesar de lecionada em Portugal desde 1887, sobretudo em contexto universitário, sob a forma de cursos de pós-graduação não conferentes de grau e com um grande foco nas necessidades profissionais, a primeira grande alteração significativa, que assinala outra ambição de formação, dá-se com o surgimento da primeira licenciatura em CI na Universidade do Porto, fruto de uma colaboração entre duas Faculdades, Letras e Engenharia. É o primeiro passo para a alteração da tipologia da oferta pós-graduada não conferente de grau, e que vai conduzir à sua extinção progressiva, para dar lugar à formação conferente de grau nos três níveis de ensino: licenciatura, mestrado e doutoramento.

Existem estudos que dão conta desta longa evolução da formação (e.g. Pinto, 2008; Ribeiro, 2010; Ribeiro, Cerveira, & Azevedo, 1995), sendo o de Marcos (2016) aquele que sumaria a situação na atualidade em Portugal e permite perceber as transformações originadas tanto por alterações no enquadramento da carreira, como por aquelas que decorrem da própria transformação do ensino superior. Na sua análise, Marcos (2016: 17-18) reconhece seis momentos principais:

1. 1887. Aparecimento do primeiro curso;
2. 1935. Transferência do curso de Bibliotecário-Arquivista para a Universidade de Coimbra, que detém a exclusividade da formação até 1982;¹
3. 1982. Lecionação do Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) na Universidade de Coimbra e pouco depois no Porto e em Lisboa. No final dos 1980s, expande-se a oferta para outras universidades, públicas e privadas, e surgem mestrados e doutoramentos, sobretudo por recurso à parceria com universidades congêneres estrangeiras, particularmente em Espanha;
4. Fase pré-Bolonha: continua a expansão da oferta, a que não é estranha a obrigatoriedade de obtenção do CECD para o exercício da profissão. Surgem as primeiras licenciaturas;
5. Processo de Bolonha (2007-2013). Adequação dos ciclos de estudos ao processo de Bolonha. O modelo de formação em três ciclos de estudos impõe-se também nesta área. A reformulação e extinção da carreira na Administração Pública, que é o grande empregador, traduz-se na falta de reconhecimento profissional da especificidade da carreira, e, conseqüentemente, da formação para o seu exercício, o CECD;
6. Processo de Bolonha (após 2013). As dificuldades económicas agravam as condições de funcionamento das universidades que reduzem a sua oferta formativa e não têm possibilidade de ampliar o seu quadro de pessoal. Podemos acrescentar que, apenas muito recentemente, se começa a vislumbrar alguma retoma e abertura de concursos.

Para uma compreensão das opções que foram sendo feitas, é necessário tornar inteligíveis a estrutura do ensino superior em Portugal, em resposta à harmonização do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), e as suas conseqüências para a formação em Ciência da Informação.

O ensino superior em Portugal assenta num sistema binário que distingue a missão e o perfil do ensino universitário e do ensino politécnico. Assim, enquanto o primeiro é fundamentalmente orientado para a formação científica, o segundo tem uma componente orientada para o exercício da profissão (Decreto-Lei no 74/2006 de 24 de março, 2006). À diferença de vocações corresponde uma diferença na estruturação dos ciclos de estudos: enquanto o ensino superior universitário se estrutura em três ciclos de estudos que conduzem aos graus académicos de licenciado, mestre e doutor, o ensino superior politécnico confere os graus correspondentes aos dois primeiros ciclos de estudos, o grau de licenciado e de mestre.

Com a publicação da Lei nº 49/2005 de 30 de agosto (Lei no 49/2005 de 30 de Agosto, 2005) alterou-se a Lei de Bases do Sistema Educativo referente à organização do ensino superior visando criar condições para uma aprendizagem ao longo da vida, para uma maior acessibilidade ao ensino superior a partir da idade adulta, um modelo de formação organizado em três ciclos de estudos —licenciatura, mestrado e doutoramento—, a promoção de uma aprendizagem baseada no desenvolvimento de competências e a adoção do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, o *European Credit Trans-*

1. Dependente da administração central do Estado, através da Inspeção Geral das Bibliotecas e dos Arquivos Públicos, este curso tivera antes uma primeira passagem pelo mundo académico, a par da formação “em serviço” assegurada pela Biblioteca Nacional e pelo Arquivo Nacional, ao ser parcialmente integrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1911, ano da fundação desta faculdade, e depois em exclusivo, entre 1918 e 1931 (Pinto, 2008).

fer System (ECTS), que expressam o trabalho desenvolvido pelos estudantes. Estas alterações são regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de março (Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de março, 2006). Conhecido como o ‘Processo de Bolonha’ visou incrementar a mobilidade de estudantes no espaço europeu de ensino superior, produzindo, em simultâneo, uma maior comparabilidade entre os cursos, incluindo descritores de qualificação, baseados nas competências adquiridas, bem como a definição do volume de ECTS previstos para os ciclos de estudos.

Em conformidade com a tendência europeia de garantia de qualidade no ensino superior, para efeitos de avaliação e acreditação da oferta formativa, foi criada, através do Decreto-Lei nº 369/2007 de 5 de novembro a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) com a missão de “garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior” (Decreto-Lei n.º 369/2007 de 5 de novembro, 2007) .

Compete, pois, à A3ES, sem prejuízo dos princípios regulamentados pelo Estado, avaliar e acreditar as instituições de ensino superior e a oferta formativa oferecida a partir de critérios de avaliação e acreditação regulamentados pelos regimes jurídicos dos graus e diplomas de ensino superior e avaliação do ensino superior. O período máximo de acreditação de um curso, isto é, de autorização de funcionamento, é de seis anos.

É, ainda, de sublinhar o papel desempenhado pelo Euro-referencial (European Council of Information Associations, 2005) na criação ou adequação de ciclos de estudos, o qual identifica 33 domínios de competências definidas como “o conjunto das capacidades necessárias e o domínio dos comportamentos requeridos para o exercício de uma actividade profissional” (European Council of Information Associations, 2005: 18) distribuídos em cinco grupos —I (Informação), T (Tecnologias), C (Comunicação), M (Gestão) e S (Outros saberes)—, 20 aptidões principais enquadradas em seis domínios (Relacionamento, Pesquisa, Análise, Comunicação, Gestão e Organização) e quatro níveis (Sensibilização, Conhecimento das práticas, Domínio das ferramentas e Domínio da metodologia) que definem o que é expectável atingir em cada patamar. Este instrumento orientador não teve como resultado homogeneizar a oferta formativa, mas permitiu uma maior compreensão da mesma, bem como o planeamento da sua progressão ao longo da formação. Apesar disso, à área I, considerada no Euro-Referencial como “o coração da profissão” (European Council of Information Associations, 2005: 18), tende a corresponder uma maior expressão nos ciclos de estudos.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar, de um modo preliminar, a infraestrutura da investigação em Portugal durante o período em que se verificam as transformações mais expressivas na oferta formativa, quer de expansão, quer de contração, isto é, antes e depois da implantação do Processo de Bolonha. Ao nos centrarmos nas duas primeiras décadas do séc. XXI estamos a procurar apurar o sentido e as tendências da CI hoje, altura em que a sua afirmação, também para a sociedade, se nos afigura fundamental. Nesse sentido,

definimos como objetivos específicos: (i) a identificação das instituições de ensino superior onde é oferecida formação e os respectivos cursos; (ii) a identificação do conteúdo da investigação produzida, usando, para o efeito, os dados relativos às teses de doutoramento concluídas, cujo grau seja outorgado por instituições portuguesas; (iii) a apresentação das revistas especializadas publicadas em Portugal.

Revisão da literatura

Pensar as tendências de uma disciplina convoca uma plêiade de aspetos que se cruzam com a questão da disciplinaridade em si mesma. Num levantamento exploratório dos estudos que contribuíram para o “caleidoscópico” da construção da disciplinaridade, Sugimoto e Weingart (2015) realçaram um conjunto de perspectivas: a narrativa, pela transmissão dos relatos de origem e das tradições; a cognitiva, por meio do desenvolvimento de teorias e modelos; a institucional, através das estruturas universitárias e das propostas curriculares; a individual, encarada como a apropriação pessoal da institucional; a social, no seu sistema de redes de pertença; a comunicativa, plasmada nas publicações e nos tipos de discurso; a taxonómica e algorítmica, na linguagem que permite a sua recuperação nos diversos conjuntos de dados; e a utilitária, na assunção do papel social de cada disciplina.

A maioria destas perspectivas é analisada a partir da sociologia e da história da ciência e só timidamente ensaiada em estudos internos a cada disciplina. No caso da CI, todavia, há uma vocação autor-reflexiva (Zins, 2007), para além de se tratar de uma disciplina que contém em si mesma competências para a análise quantitativa da comunicação científica, por meio da bibliometria.

Numa perspectiva narrativa e fundacional, é aceite que encontramos em 1968 uma definição congregadora, quando a disciplina assumia a nomenclatura anglo-saxónica —*Information Science*— no artigo de Borko (1968). Como defende Saracevic (1996) esta aceção acabou por se globalizar, enquadrando as especificidades locais, mesmo que persistam divergências e outros modelos, ora documentalistas (López Yepes, 1995; López Yepes & Ros García, 1993), encarando-a uma metaciência (Bates, 1999), ora organizacionais, como a Gestão da Informação (Wilson, 2011), ou em convergência com a Ciência da Comunicação, como vemos na CI em França (Ibekwe-SanJuan, 2012) muitas vezes apenas institucional e enunciativa, sem que haja uma efetiva investigação conjunta (Le Coadic, 2006).

Para a CI portuguesa, na definição de Borko faltaria incluir também a Arquivística. Sabemos, no entanto, como isso seria anacrónico, uma vez que até à década de 1980 a Arquivística desenvolveria um caminho de afirmação paralelo ao do da CI (Couture, Ducharme, & Rousseau, 1988; Fonseca, 2005; Thomassen, 2015) Já no caso português, a formação superior dos profissionais de informação associaria a Biblioteconomia e a Arquivística desde 1887, ao contrário do que era então mais comum a nível internacional, com a formação dos arquivistas a realizar-se no contexto da História, desenvolvendo-se a formação de bibliotecários nas associações profissionais que começavam a afirmar-se (Ribeiro, 2006).

Numa perspetiva cognitiva, em Portugal ainda é muito escassa a reflexão teórica sobre a delimitação epistemológica da disciplina, exceção feita para os vários ensaios publicados por ocasião da reforma, primeiro curricular e depois também institucional, levada a cabo pela Universidade do Porto (Ribeiro & Cerveira, 2011; Silva, 2016; Silva & Ribeiro, 2002; Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 1998). No âmbito da reforma de Bolonha e da conversão dos CECD para cursos de mestrado foram também publicados vários estudos (Bastos, 2006; Braga, 2006; Freitas, 2006; Lopes, 2006; Pereira, 2006; Ribeiro, 2006; Rosa, 2008; Subtil, 2006; Vaz, 2006). Mais recentemente, foram propostas novas abordagens interdisciplinares no contexto da Gestão e da Curadoria da Informação (Reyes et al., 2017), lecionada na Universidade de Nova de Lisboa.

Do ponto de vista da produção científica, apesar de já contarmos com alguns estudos bibliométricos dedicados ao caso português, com base nos dados da *Web of Science (WoS)* da *Clarivate Analytics* e da *Scopus* da *Elsevier* (De Filippo & Levin, 2015; Gómez Crisóstomo, Romo Fernández, & Caldera Serrano, 2017; Oliveira, Moreira, Borbinha, & Garcia, 2015; Olmeda Gómez, Perianes-Rodríguez, & Ovalle-Perandones, 2008), ou no levantamento manual da produção de impacto nacional (Barata, 1997; Cerqueira & Silva, 2007; Oliveira, Moreira, Borbinha, & Zulueta García, 2013; Vivas & Oliveira, 2015), nenhum deles nos chega a dar um retrato verdadeiramente abrangente da produção portuguesa em CI.²

Metodologia

Para além da revisão da literatura, os dados para a realização deste trabalho foram coletados tendo em vista a identificação de: i) instituições do ensino superior e cursos em CI; ii) teses de doutoramento concluídas e em curso; iii) revistas especializadas.

Para a verificação dos graus oferecidos pelas instituições de ensino superior, foi feita a pesquisa na A3ES em “Acreditação de ciclos de estudos”.³ Esta Agência disponibiliza uma plataforma onde é possível filtrar de forma satisfatoriamente eficiente a informação. Assim, foram consultados, quanto ao grau de ensino, todas as licenciaturas, mestrados e doutoramentos com acreditação em vigor, outorgados por instituições de ensino superior de qualquer natureza jurídica (pública ou privada e tanto universidades como politécnicos), em cujo nome do ciclo de estudos constasse um dos seguintes termos: Informação, Documentação, Biblioteconomia, Arquivística, Biblioteca(s) ou Arquivo(s). Num momento posterior procedeu-se a uma seleção dos cursos por pertinência temática, baseada na sua ligação institucional. Nos casos onde restasse alguma possibilidade, mesmo que remota, de se estar em presença de uma formação em CI foram consultados os respetivos relatórios de avaliação — os chamados relatórios preliminares da Comissão de Avaliação Externa (CAE) —, sendo selecionados os cursos classificados no código 322 da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF)⁴ (Portaria 256/2005 de 16 de março de 2005, 2005). Finalmente, como existem cursos com especialidades da CI não identificados nesta etapa da pesquisa, mas visíveis nas teses de doutoramento produzidas, fez-se um cruzamento de dados entre os dois tipos de pesquisa no sentido de tornar este levantamento o mais inclusivo possível.

2. No âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra está a ser desenvolvida uma tese que procurará contribuir para se traçar um perfil bibliométrico alargado da produção portuguesa em CI.

3. Disponível em: <http://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>.

4. Esta classificação corresponde à “classificação utilizada pelo EUROSTAT e está de acordo com o International Standard Classification of Education (ISCED), na sua versão de 2007.” («Glossário | A3ES», sem data).

Relativamente às teses de doutoramento, a sua recolha foi feita a partir do Registo Nacional de Teses e Dissertações (RENATES)⁵ da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) portuguesa. Não foi usado na pesquisa qualquer critério temporal, uma vez que nos interessava a cobertura integral das teses de doutoramento defendidas em Portugal que representam a investigação avançada no país. Apesar disso, as deficiências na descrição dos dados obrigaram a uma contrastação com outras fontes, como a identificação dos doutoramentos em CI na A3ES, recuperando-se também os que foram extintos, as páginas *Web* dos doutoramentos,⁶ os repositórios das respetivas universidades⁷ para a confirmação de dados em falta (*e.g.* palavras-chave) e, finalmente, os diretores de curso. Os resultados obtidos representam as teses concluídas e em curso de três universidades públicas em Portugal —Coimbra, Évora e Porto— e uma privada, a Universidade Fernando Pessoa, sendo que apenas duas delas, Coimbra e Porto, continuam a oferecer formação em CI do 1º ao 3º Ciclos. Considerando, ainda, que a área científica predominante de um dos programas doutorais é mista, não foram contabilizadas as teses concluídas ou em curso da área de Ciências da Comunicação, para não enviesar os resultados. O mesmo acontece no caso do curso oferecido pela Universidade Fernando Pessoa onde apenas se contabilizaram as teses desenvolvidas no âmbito da especialidade em Biblioteconomia e Arquivística.

Identificado o universo de teses a analisar, foi necessário completar os dados relativos às palavras-chave e ao resumo. Estes dados foram recolhidos nos repositórios científicos das universidades responsáveis pelos programas de doutoramento e atualizados até a data de 04-06-2018. Nos casos em que essa informação se revelou insuficiente (22%), foram consultados os catálogos bibliográficos das respetivas universidades e também da Biblioteca Nacional de Portugal. Alguns dados tiveram de ser solicitados diretamente aos autores e/ou orientadores.

Para a identificação do conteúdo da investigação produzida, realizou-se a análise temática (Bardin, 2009) das teses de doutoramento concluídas ($n=57$) até à data referida. Essa análise guiou-se por um esquema de classificação selecionado *a priori* —o *JITA Classification System of Library and Information Science* (JITA-CSLIS).⁸ Deste esquema constam originalmente 12 classes subdivididas em 140 subclasses que, neste caso, corresponderam aos temas e aos subtemas vinculados à CI. Na codificação dos resumos foram identificadas 11 classes e 43 subclasses, tendo sido introduzidas as adaptações necessárias (Anexo A) (Tabela 1).

Tabela 1. Análise temática: contabilização das classes e das subclasses identificadas e não identificadas nos resumos ($n=12$; $n=140$).

Classes	Valor	%	Subclasses	Valor	%
Identificadas	11	92	Identificadas sem adaptações	36	26
—	—	—	Identificadas com adaptações	5	3
Não identificadas	1	8	Não identificadas	99	71
n=	12	100		140	100

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.

5. Disponível na WWW em: <https://renates.dgeec.mec.pt/>.

6. Para os cursos oferecidos pela Universidade do Porto e de Aveiro, temos informação disponível na WWW em: <http://icpd.web.ua.pt/index.php/index/> e https://sigarra.up.pt/flup/pt/teses.lista_teses?p_curso=167. Relativamente ao doutoramento da Universidade de Évora, em: [http://www.iifa.uevora.pt/formacao_avancada/programas_doutoramento/curso/\(codigo\)/267/\(view\)/teses](http://www.iifa.uevora.pt/formacao_avancada/programas_doutoramento/curso/(codigo)/267/(view)/teses). Para o doutoramento em Ciências da Informação da Universidade Fernando Pessoa, em: [http://www.iifa.uevora.pt/formacao_avancada/programas_doutoramento/curso/\(codigo\)/267/\(view\)/teses](http://www.iifa.uevora.pt/formacao_avancada/programas_doutoramento/curso/(codigo)/267/(view)/teses). Para o novo doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra, ainda sem teses defendidas, em: <https://doutoramentocifluc.weebly.com/docentes--discentes.html>.

7. O *Estudo Geral* da Universidade de Coimbra, disponível na WWW em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/>; o *Repositório da Universidade de Évora*, disponível na WWW em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/>; o *Repositório Aberto da Universidade do Porto*, disponível na WWW em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/1740>; e o *Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa*, disponível na WWW em <https://bdigital.ufp.pt/>.

8. Nesta pesquisa, adotou-se a versão utilizada pelo repositório internacional e-LIS. Disponível na WWW em: <http://eprints.rclis.org/view/subjects/>

No documento que serviu como base para a análise temática, realizada em ambiente automatizado com o apoio do *software* Atlas.Ti®,⁹ foram incluídos os dados dos registos das teses concluídas, organizados numa sequência numérica progressiva (de 1 a 57). A análise incidiu em cada um dos registos (n=57), em duas etapas complementares: i) textual, na qual se codificaram os fragmentos de dados pretendidos, gerando 282 citações etiquetadas com 186 códigos; ii) conceptual, na qual os códigos previamente gerados foram agrupados em 50 categorias distintas (41 famílias de códigos e nove superfamílias de códigos). Para a visualização das relações entre os códigos recorreu-se à construção de 11 redes conceptuais. Finalmente, para registar ideias e decisões, foram tomadas notas de campo que, no âmbito do *software* utilizado, resultaram em três memorandos que foram sendo incorporados na leitura dos dados. Os *outputs* do *software* utilizado encontram-se sumariados na tabela seguinte.¹⁰

Tabela 2. Outputs do processo de análise temática das teses de doutoramento (n=967).

Elemento	n	%
Citações	282	29,16
Códigos	186	19,23
Codificações	366	37,85
Famílias de códigos	41	4,24
Memorandos	3	0,31
Redes conceptuais	11	1,14
Superfamílias de códigos	9	0,93
Hipervínculos	11	1,14
Vínculos entre códigos	58	6,00
n=	967	100

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.

Na etapa textual, cada registo foi codificado com entre dois e quatro códigos, designados a partir das subclasses pertinentes do JITA-CSLIS (Anexo A). Essa variação no número de códigos utilizados justificou-se pela necessidade de atingir a proximidade temática pretendida.¹¹ Na etapa conceptual, utilizaram-se as classes do mesmo esquema para designar os vários grupos de códigos gerados. De igual modo, para identificar a(s) subclasse(s) pertinente(s) e para despistar um possível uso de códigos acessórios, utilizou-se a seguinte pergunta sensibilizadora: —o texto é sobre o quê?—. Complementarmente, recorrendo-se ao Método de Comparação Constante (MCC) (Glaser, 1978; Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 2002),¹² contrastaram-se todos os registos codificados, de modo a encontrar coincidências e expurgar inconsistências. Esse procedimento sistemático resultou no refinamento dos códigos obtidos.

No fim do processo, verificou-se que os 54 códigos utilizados para identificar os conteúdos das teses concluídas (Anexo A) contabilizavam 138 ocorrências. A esses somaram-se os restantes 132 códigos, gerados no âmbito do *software* (n=186) para atender à boa gestão dos dados de pesquisa. Registaram-se, ainda, 166 coocorrências nos

9. Informações sobre o produto disponível na WWW em: <https://atlasti.com/>

10. Freitas (2012) clarifica o conjunto de termos aqui mencionados e que são próprios do *software* Atlas.Ti®.

11. De modo a introduzir alguma granularidade à análise temática, recorreu-se ao agrupamento das várias ocorrências em torno das subclasses envolvidas no esquema de classificação utilizado, assumindo-se o seu papel na especificação dos conteúdos das investigações produzidas nos programas doutorais examinados.

12. Trata-se de um recurso analítico desenvolvido no âmbito da *Grounded Theory* e que se mostrou útil, neste estudo, para manter o foco nos dados relevantes, descartando-se assim os irrelevantes.

dados, imputáveis, em boa medida, à necessidade de codificação dos resumos com mais de um código, simultaneamente, de modo a alcançar a proximidade temática desejada. Ainda, para o favorecimento das análises dos resultados, os códigos e os grupos de códigos ocorrentes e coocorrentes foram dispostos em intervalos mais ou menos regulares, obedecendo a uma escala adotada para o efeito (Tabela 3).

Tabela 3. Intervalos fixados em função das ocorrências e das coocorrências verificadas nos dados (n=138; n=166).

Ocorrências	n	%	Coocorrências	n	%
Classes					
20 ou mais	72	52	20 ou mais	86	52
Entre 11 e 19	41	30	Entre 11 e 19	56	34
Entre 1 e 10	25	18	Entre 1 e 10	24	14
n=	138	100	n=	166	100
Subclasses					
8 ou mais	50	36	10 ou mais	23	14
Entre 5 e 7	18	13	Entre 5 e 9	76	46
Entre 1 e 4	70	51	Entre 1 e 4	67	40
n=	138	100	n=	166	100

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.

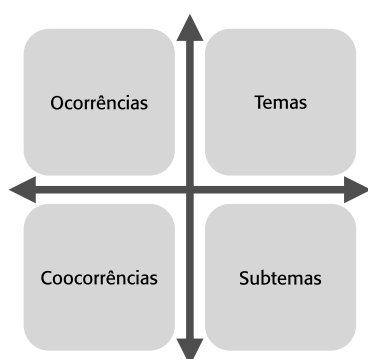
A apresentação dos resultados referentes ao conteúdo da investigação evidenciou os temas e os subtemas mais e menos frequentes nos dados recolhidos, tendo como foco as ocorrências e as coocorrências assinaladas, bem como a sua distribuição nas teses concluídas nas universidades responsáveis pela sua oferta, intentando perceber implicações atuais e futuras, numa perspectiva, neste último caso, de propor a exploração, mais adiante, de aspetos que extrapolassem os limites impostos para a publicação do presente artigo. Deste modo, os dados recolhidos foram analisados com base numa matriz construída no entrecruzamento destas principais variáveis (Figura 1).

Nessa perspectiva, as classes e subclasses do esquema JITA-CSLIS correspondem, respetivamente, aos temas e subtemas de pesquisa identificados nas teses de doutoramento concluídas.

Finalmente, para a seleção do conjunto de revistas portuguesas especializadas em CI, foi necessário, mais uma vez, usar de diferentes estratégias.

A capacidade para identificar o universo de revistas especializadas vigentes em determinada área de investigação costuma ser uma competência reconhecida aos seus investigadores, sendo comum existir um consenso alargado —ainda que nem sempre unânime— na hora de se elencar os títulos que lhes são fundamentais para estarem atualizados e servirem de base ao desenvolvimento das suas pesquisas e consequentes publicações, fazendo quase crer que não são necessárias outras formas de inquirição mais sistemáticas. Em alguns poucos estudos, mais ou menos recentes, que abordam questões relativas à investigação científica portuguesa na área e às suas

Figura 1. Matriz de análise dos dados recolhidos no estudo.



formas de comunicação, essa identificação foi feita de forma intuitiva, tendo sido destacadas três revistas: os *Cadernos BAD* e as *Páginas a&b*, tidas mais consensualmente como as revistas claramente inscritas na área da CI e nas suas áreas aplicadas mais tradicionais, a Biblioteconomia e a Arquivística (Almeida, Cardoso, Borges, & Sanz Casado, 2017; Ferreira & Neves, 2013; Ribeiro & Pinto, 2009), e a *Revista Prisma.com* (Almeida, Cardoso, Borges, & Sanz Casado, 2017), publicação de contornos transdisciplinares, fruto da convergência entre as Ciências, as Artes, as Tecnologias focadas nos fenómenos da Informação e Comunicação, o que pode ter contribuído para que tenha sido mencionada por apenas um dos três trabalhos em que nos apoiamos para esta primeira abordagem.

Apesar destas evidências qualitativas, procurou-se validar e atualizar este reconhecimento através de outros filtros, recorrendo a distintos meios de recuperação de informação que se encontram hoje ao nosso dispor, no que às revistas científicas diz respeito, nomeadamente: i) as duas principais bases de dados internacionais comerciais de cariz bibliométrico — a *WoS* e a *Scopus* —, na medida em que nos oferecem listas de revistas através dos seus relatórios anuais de citações de revistas (o *Journal Citation Report (JCR)* de 2016 e o *Scientific Journal Rankings (SJR)* de 2017, respetivamente); ii) duas plataformas regionais, de alcance iberoamericano, em acesso aberto — a *Latindex*, e a *SCIELO*; iii) o *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*; iv) as páginas *Web* dos departamentos ou unidades de investigação das instituições portuguesas onde até agora foram defendidas teses de doutoramento na área da CI.

Antes mesmo de detalhar as estratégias de pesquisa, afigura-se oportuno sublinhar que o facto de ter sido necessário convocar um conjunto tão diverso de fontes denota, à partida, uma manifesta fragilidade no sistema de organização e recuperação da informação científica tal como ainda se nos oferece atualmente, à semelhança do que experimentámos para a recuperação das teses de doutoramento, não havendo uma fonte única capaz de nos restituir resultados totais. Sabemos, todavia, que tal situação se prende também com uma particular complexidade de raiz epistemológica que envolve a disciplina da CI, por si própria e em Portugal — aqui não discutida de forma aprofundada. No caso português, assistimos à coexistência de diferentes entendimentos cujos extremos diríamos que a colocam desde um desenvolvimento científico mais clássico de áreas originalmente profissionais, até a uma integração numa transdisciplina que potencialmente a transcende, na sua leitura estrita, apesar de a conter (Silva, 2016). A isto acrescem os contínuos diálogos interdisciplinares que vem tecendo nas suas fronteiras, desde o início e independentemente do país em análise (Borko, 1968; Le Coadic, 2006; Saracevic, 1999), com domínios tão distintos quanto a História, a Linguística, a Lógica, a Administração, o Direito, a Gestão, a Psicologia, o Jornalismo ou a Computação, disciplinas com as quais continua a construir conhecimentos novos que não deixam, apesar disso e quase paradoxalmente, de se apresentar como nucleares para a sua identidade disciplinar. Posto este parêntesis, passamos a expor com mais detalhe a nossa estratégia de pesquisa nas suas diferentes etapas, que seguiram uma lógica descendente no que toca a potencial visibilidade e impacto das revistas portuguesas em CI, desde a

presença nas duas bases de dados tidas como mais prestigiantes e de critérios mais exigentes, a *WoS* e a *Scopus*,¹³ até à forma de apresentação mais doméstica nas páginas *Web* dos seus editores.

Todas as pesquisas realizadas foram também atualizadas até ao dia 04-06-2018, data à qual a edição mais recente do *JCR* ainda era a de 2016. Nesta plataforma, foi escolhido o *Social Science Citation Index (SSCI)*, a área da *Information Science & Library Science (IS&LS)* e filtrado o país para Portugal. De forma semelhante, realizou-se uma pesquisa na plataforma em acesso aberto da *Scimago Journal & Country Rank*, na área das *Social Sciences*, subcategoria das *Library and Information Sciences (LIS)*, filtrada por Portugal e para revistas, como tipologia documental, sem qualquer outro tipo de restrição relativa à acessibilidade das publicações.

Numa segunda etapa, pesquisámos as bases regionais, com uma cobertura mais profunda para as revistas iberoamericanas: a *Latindex* e a *SciELO*.

Na *Latindex*, seguindo o nosso critério de maior inclusividade possível, consultámos o Diretório, aplicando os seguintes filtros: a classificação no subtema das Ciências Sociais em Ciências da Informação ou em Bibliotecologia; estado vigente; país Portugal; e revistas de investigação científica. Prescindimos de filtrar por revista arbitrada, pois, em experiências exploratórias, não se recuperaram quaisquer resultados, apesar de na ficha de cada revista estar devidamente indicado que era arbitrada, como sabemos que acontece. Dos resultados obtidos, excluámos as revistas que se apresentaram marcadamente multidisciplinares, mesmo quando classificadas apenas em uma das duas categorias consultadas, e ligadas a instituições não universitárias.

Na *SciELO*, consultámos a *SciELO* Portugal, e cotejámos as revistas atualmente indexadas na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Dado o empenho do governo português em prol do Acesso Aberto ao conhecimento, através do lançamento público da *Política Nacional de Ciência Aberta (PNCA)* (Portugal. Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2017), e face às evidências da crescente adesão das publicações portuguesas à via dourada (Guimarães, Silva, & Borges, 2015), fizemos também uma consulta no *DOAJ*, por tema, em “*Bibliography. Library science. Information resources*”, restringida a revistas e a Portugal.

Finalmente, consultámos as seguintes páginas de Unidades de Investigação (UI), integradas em instituições portuguesas de ensino superior que outorgaram o grau de doutor na área da CI: o CIC.Digital (Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital), no seu pólo do Porto, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), com um grupo de investigação denominado “IKOM – Organização e Gestão da Informação/Conhecimento”; o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx (CEIS20) da Universidade de Coimbra, com uma linha de investigação em “Humanidades Digitais”; o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, com uma linha de pesquisa em “Literacias e Património Textual”; a página dos centros da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa; as páginas com as publicações de cada uma destas faculdades, departamentos ou centros de investigação.

13. Apesar de constituírem fontes de informação robustas, nunca é demais sublinhar os problemas que estas bases de dados colocam à maioria das disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, de forma ainda mais acentuada em países não anglófonos e periféricos, por diversas razões muito bem identificadas na literatura (Archambault & Gagné, 2004; Hicks, 2006; Nederhof, 2006).

Para avaliar a visibilidade internacional das revistas recuperadas, foi feito o levantamento das principais bases de dados onde se encontram indexadas, partindo da informação disponibilizada nas suas próprias páginas *Web* e confrontando-a com os dados adiantados pela *Latindex* e pela *Matriz de Información para el Análisis de Revistas (MIAR)*, versão de 2018), editada por investigadores da *Facultat de Biblioteconomia i Documentació – Universitat de Barcelona*. Desta pesquisa cruzada resultou um cotejo complementar das revistas recuperadas nas seguintes bases: *ERIH Plus*, base atualmente mantida pelo *Norwegian Centre for Research Data (NSD)*, como resultado de um memorando assinado com a *European Science Foundation*, sua fundadora; a *Academic Search Premier*, a *Fuente Academica Plus*, a *Library & Information Science Source*, a *Library and Information Science Abstracts (LISA)* e a *Information Science & Technology Abstracts (LIS-TA)* da *EBSCO*; o *DOAJ*; e a *CrossRef*.

Resultados e discussão

Graus oferecidos em Portugal

Os resultados da aplicação dos processos de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento traduziram-se por uma contração muito significativa em todos os ciclos de estudos.¹⁴

Dos seis cursos de licenciatura identificados no ensino superior, apenas três continuam em funcionamento (Universidades de Coimbra e do Porto e Instituto Politécnico do Porto (Quadro 1), o que significa uma redução de 50% na oferta formativa que se concentra nos distritos do Porto e de Coimbra (Marcos, 2016: 14). A designação dos primeiros ciclos das Universidades de Coimbra e Porto é agora a mesma, Ciência da Informação, uma vez que a da Universidade de Coimbra foi alterada em função da Reforma da Oferta Formativa levada a cabo na Faculdade de Letras.

Quadro 1. Ensino Superior Universitário: Formação de 1º Ciclo (2018).

Instituição	Designação	Período de acreditação (anos)	Data de acreditação
Universidade de Coimbra	Ciência da Informação (denominado Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica em 2015)	6	16-04-2015
Universidade do Porto	Ciência da Informação	6	16-04-2015
Instituto Politécnico do Porto	Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	6	17-10-2014

Tal como aconteceu com o 1º Ciclo, também a oferta do 2º Ciclo sofre uma redução notória (Quadro 2), encontrando-se em funcionamento seis mestrados. Para este nível de formação, a distribuição entre o Norte e Centro do país e o Sul é um pouco mais equilibrada, mas deixou de haver oferta ao sul da capital. Mantêm-se os mestrados nas Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa, onde nunca houve interrupções na oferta desde, pelo menos, os CECD. A estes juntam-se: o mestrado do Instituto Politécnico do Porto, com enfoque na informação em contexto empresarial; o mestrado da Universidade Aberta, de ensino a distância, vocacionado para formar pro-

14. Os dados apresentados nos Quadros 1, 2 e 3 resultam de pesquisas atualizadas a 04-06-2018. Assim, para conhecer o futuro estado de acreditação dos cursos aqui mencionados ou de novos cursos entretanto propostos é indispensável consultar de novo a informação na página *Web* da A3ES.

fessores bibliotecários; e o mestrado da Universidade Nova de Lisboa em Gestão e Curadoria de Informação, que veio substituir o anterior mestrado em CID, completamente reformulado no seu currículo, passando a constituir uma parceria entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde é lecionado, e a *Information Management School*.

Quadro 2. Ensino Superior Universitário: Formação de 2º Ciclo (2018).

Instituição	Designação	Período de acreditação (anos)	Data de acreditação
Universidade de Coimbra	Ciência da Informação	6	11-03-2013
Universidade de Lisboa	Ciências da Documentação e Informação	6	19-01-2015
Universidade do Porto	Ciência da Informação	6	16-04-2015
Universidade Nova de Lisboa	Gestão e Curadoria de Informação	2	25-05-2016
Universidade Aberta	Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares	3	27-06-2016
Instituto Politécnico do Porto	Informação Empresarial	6	04-07-2012

A ausência de corpo docente qualificado na área de especialidade que possa assegurar a sua lecionação, que teve como consequência o encerramento dos cursos nos ciclos anteriores, é ainda mais visível no 3º Ciclo de estudos (Quadro 3). O doutoramento em Ciências Documentais, antiga designação para a CI, foi oferecido nas Universidades do Porto e de Coimbra, mas a adequação a Bolonha acabou por não acontecer, como foi o caso da Universidade de Coimbra, ou o seu programa foi extinto passados poucos anos, o que aconteceu na Universidade do Porto. A Universidade de Évora ofereceu o doutoramento, mas o curso não foi acreditado em 2015, e a Universidade Fernando Pessoa previa uma especialidade em Biblioteconomia e Arquivística no seu curso de mais largo espectro em Ciências da Informação, mas esta também só vigorou até 2015.

A Universidade de Coimbra assegura desde 2015 o doutoramento em Ciência da Informação, considerado no estudo de Marcos (2015) como o único 3º Ciclo nesta área. Existe, contudo, outra oferta —o programa doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) das Universidades do Porto e de Aveiro—, onde podemos encontrar a CI, ainda que numa perspetiva transdisciplinar, que, em conjunto com a Ciência da Comunicação se apresenta como sendo a Ciência da Informação e da Comunicação (CIC), havendo no seu corpo docente professores oriundos daquelas duas disciplinas de base, para além de outras áreas, o que tem permitido a orientação de teses com diferentes abordagens ao fenómeno info-comunicacional, incluindo a da CI no seu sentido mais estrito.

Quadro 3. Ensino Superior Universitário: Formação de 3º Ciclo (2018).

Instituição	Designação	Período de acreditação (anos)	Data de acreditação
Universidade de Coimbra	Ciência da Informação	6	18-06-2015
Universidade do Porto / Universidade de Aveiro	Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	6	31-07-2014

Teses de doutoramento defendidas e em curso

As universidades portuguesas que conferem ou conferiram o grau até muito recentemente, como foi o caso da Universidade de Évora ou da Universidade Fernando Pessoa, formaram no seu conjunto 57 novos doutores (Tabela 4). Ao mesmo tempo, e mau grado os reveses sofridos na oferta de formação de 3º Ciclo, as 20 teses em curso dão-nos um retrato dinâmico da área.

Para não provocar enviesamento de resultados, a contagem das teses do programa doutoral em ICPD das Universidades do Porto e de Aveiro foi restringida àquelas que classificamos em CI, tendo em conta o/a orientador/a. No caso da Universidade Fernando Pessoa apenas contabilizamos as teses da especialidade em Biblioteconomia e Arquivística.

Relativamente às teses em curso, o número é meramente ilustrativo, uma vez que os pedidos de registo de tese podem ocorrer ao longo do tempo, sem uma periodicidade regular alterando assim os resultados.

Tabela 4. Doutoramentos em CI em Portugal (1999-2018): Teses concluídas e em curso.

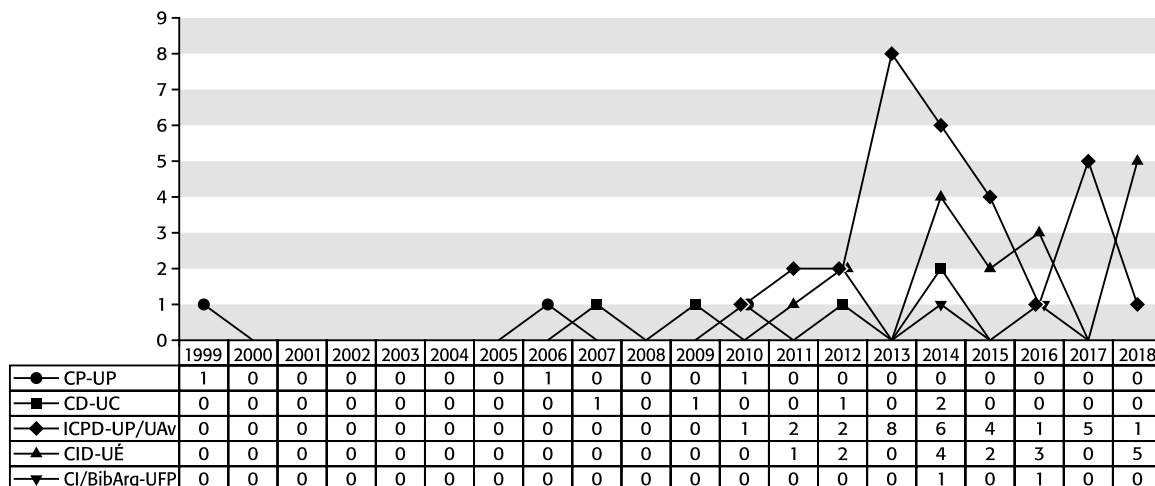
Instituição	Designação	Nº Teses concluídas	Nº Teses em curso	Nº Total Teses
Universidade de Coimbra (UC)	Ciências Documentais (CD-UC)	5	0	5
	Ciência da Informação (CI-UC)	0	7	7
Universidade de Évora (UÉ)	Ciências da informação e da Documentação (CID-UÉ)	17	1	18
Universidade Fernando Pessoa (UFP)	Ciências da Informação, especialidade Biblioteconomia e Arquivo (CI/BibArq-UFP)	2	0	2
Universidade do Porto (UP)	Ciências Documentais (CD-UP)	3	0	3
Universidade do Porto (UP)/ Universidade de Aveiro (UAv)	Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD-UP/UAv)	30	12	42
TOTAIS		57	20	77

Fonte: RENATES (9 de maio de 2018).

A distribuição temporal ao longo dos 20 anos em análise, na qual este ano de 2018 não chegou, todavia, a ser analisado pela metade, permite ver os efeitos de um programa de formação avançado assegurado por universidades portuguesas (Figura 2).

O que começa por ressaltar de forma mais evidente na Figura 2 é o isolamento da primeira tese na área da CI, então CD, defendida em Portugal, na Universidade do Porto, em 1999, por Fernanda Ribeiro, também a primeira professora catedrática da área no país. Na verdade, dividindo ao meio a nossa amostra, temos que entre 1999 e 2008 foram defendidas apenas três teses de doutoramento, tendo as restantes 54 sido defendidas entre 2009 e 2018, o que marca estes últimos dez anos como um tempo de transformação muito relevante na investigação científica portuguesa neste domínio. Extinto o doutoramento em CD da Universidade do Porto, com três teses terminadas, a segunda instituição a outorgar o grau de doutor foi a Universidade de Coimbra, com o seu programa também em CD, no qual foram defendidas cinco teses. A partir de 2010, os cursos mais produtivos foram o programa transdisciplinar de ICPD, com 30 teses defendidas,

Figura 2. Evolução do número de teses defendidas na área da CI em Portugal (1999-2018).

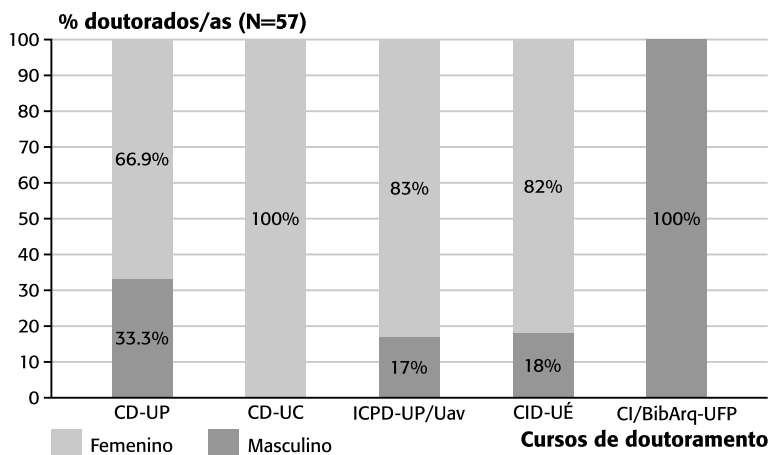


só na área estrita da CI, seguido pelo da Universidade de Évora em CID que formou, até agora 17 doutores. Finalmente, o programa da Universidade Fernando Pessoa, com uma incidência mais marginal na CI, que constituiu uma especialidade entre várias outras, formou dois doutorados.

Procurando agora caracterizar muito genericamente o perfil dos doutorados em CI nas instituições de ensino superior portuguesas, passamos a apresentar a sua distribuição por sexo e por nacionalidade.

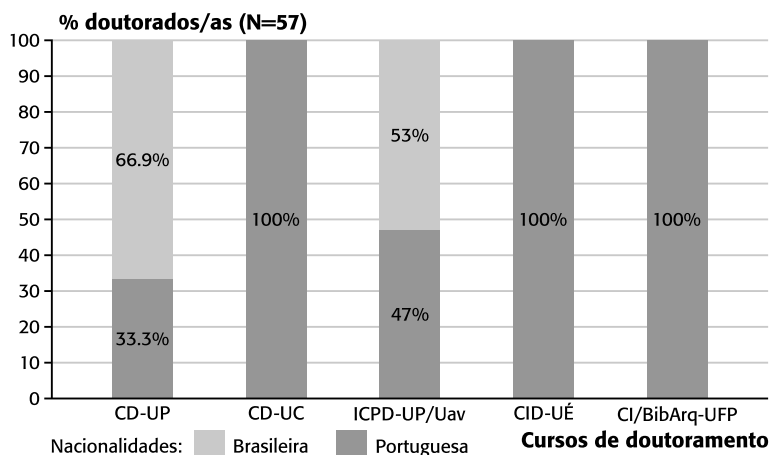
No seu todo, os/as doutorados/as são maioritariamente do sexo feminino (82%). Numa análise mais diferenciada feita ao nível dos cursos (Figura 3), observamos que do doutoramento de CD da Universidade de Coimbra se formaram exclusivamente doutoradas, enquanto na especialidade em Biblioteconomia e Arquivística da Universidade Fernando Pessoa foram apenas doutores. Nos restantes cursos, as mulheres doutoradas em CD na Universidade do Porto são dois terços (66,6%) e nos outros dois cursos ultrapassam os quatro quintos (mais de 80%).

Figura 3. Distribuição dos/as estudantes doutorados na área da CI em Portugal por sexo (1999-2018)



Quanto à nacionalidade (Figura 4), que se bipolariza apenas entre portuguesa e brasileira, ao que não será alheia a questão da partilha da mesma língua, os doutorados são, no seu conjunto, maioritariamente portugueses (68%). No entanto, ao aprofundarmos a análise mais uma vez ao nível dos diferentes programas, nos casos dos cursos oferecidos pela Universidade do Porto a tendência para atrair um maior número de estudantes oriundos do Brasil foi sempre uma realidade, pois tanto no curso antigo, em CD, como no atual ICPD oferecido em parceria com a Universidade de Aveiro, a maioria dos/as estudantes doutorados/as é de nacionalidade brasileira (66,6% e 53%, respetivamente).

Figura 4. Distribuição dos/as estudantes doutorados/as na área da CI em Portugal pela nacionalidade (1999-2018).



No que se refere às teses em curso, entendidas como aquelas que não tenham sido defendidas em provas públicas até ao dia de 04-06-2018 inclusive, conforme verificável no conjunto das nossas fontes de informação, e contabilizadas em 20 projetos oficialmente registados, apresentamos uma síntese da sua distribuição por sexo e nacionalidade na Tabela 5.

Tabela 5. Distribuição das teses em curso por sexo e nacionalidade dos/as estudantes (2018) (N=20).

Curso	Sexo				Nacionalidade			
	Feminino		Masculino		Portuguesa		Brasileira	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CI-UC	5	71%	2	29%	7	100%	0	0%
ICPD-UP/UAv	8	66,6%	4	33,3%	4	33,3%	8	66,6%
CID-UÉ	1	100%	0	0%	1	100%	0	0%
TOTAL	14	70%	6	30%	12	60%	8	40%

Na sua generalidade, para as teses em curso a predominância de mulheres doutorandas mantém-se à semelhança das teses defendidas, apesar de a presença de estudantes do sexo masculino apresentar um ligeiro aumento (30%), o que se explica nas ligeiras oscilações

observáveis ao nível dos cursos. Na verdade, o novo doutoramento em CI da Universidade de Coimbra começa a atrair também estudantes do sexo masculino (29%), assim como o programa doutoral em ICPD das Universidades do Porto e de Aveiro que atinge um terço de estudantes do sexo masculino.¹⁵ Para uma área do conhecimento com um perfil tradicionalmente mais feminino no contexto profissional (Leleu-Merviel, 2014), mas que, na verdade, costuma tornar-se mais masculina em contexto académico (Arquero Avilés, 2001), esta pequena mudança apresenta-se como significativa, apesar de serem necessários estudos mais profundos e contextualizados, que ajudem a melhor compreender este fenómeno.

Quanto à nacionalidade, a Universidade de Évora e a Universidade de Coimbra mantêm a exclusividade dos estudantes nacionais, ainda que nas duas últimas edições se comece a notar uma tendência crescente para a atração de estudantes do Brasil. Em relação ao programa em ICPD, mantêm-se o seu perfil maioritariamente brasileiro (66%), que se apresenta até em crescendo, em comparação com os valores verificados para as teses já defendidas (53%, *vide* Figura 4).

Conteúdo da investigação produzida Temas e subtemas identificados

De um total de 12 temas previstos no esquema de classificação utilizado, constata-se que os três temas (25%) que possuem maior representatividade, em função do número de ocorrências registadas (n=72; 52%), são, em ordem decrescente (Anexo B, Tabela 6):

1. B. Uso da informação e sociologia da informação,
2. D. Bibliotecas como coleções físicas e
3. H. Fontes de informação, suportes e canais.

Numa condição de menor representatividade (n=66; 48%), também por ordem decrescente de ocorrência, verificam-se, ainda, oito outros temas (67%) (Anexo B, Tabela 7):

1. E. Publicação e questões legais,
2. F. Gestão; Tratamento da informação para serviços de informação,
3. I. Tratamento da informação para serviços de informação,
4. C. Utilizadores, literacia e leitura,
5. G. Indústria, profissão e formação,
6. L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca,
7. A. Aspectos teóricos e gerais de bibliotecas e informação, e
8. J. Serviços técnicos em bibliotecas, arquivos e museus.

15. Mais uma vez, no que se refere apenas aos projetos de tese orientados por docentes da área da CI.

16. Note-se que os subtemas associados à classe K, de um modo geral, referem-se a: equipamento, mobiliário, edifício, meio ambiente e outros aspetos relacionados à preservação e à conservação dos documentos, enquanto entidades físicas.

Ainda, refira-se que o décimo segundo tema previsto no esquema utilizado (n=1; 8%; K. Técnicas de armazenamento) não foi identificado com nenhuma das teses concluídas¹⁶ (Anexo B, Tabela 6).

Os resultados obtidos sugerem uma concentração da investigação produzida em torno de um grupo minoritário de temas. Isso evidencia uma tendência para a valorização de determinados tópicos de pesquisa em detrimento de outros, menos ou nada explorados, e

aponta para uma possível inclinação dos interesses de investigação dos doutorandos alocados nos diversos programas, bem como dos seus orientadores.

Os 43 subtemas vinculados às teses concluídas distribuem-se pelos 11 temas de pesquisa identificados, com frequências de ocorrência que assumem valores que vão do menos ao mais expressivo (de um a 11, respetivamente). Essa distribuição, por um lado, confere alguma dispersão aos dados, na medida em que mais de metade das frequências registadas (n=70; 51%) refere-se a uma maioria (n=35; 82%) dos subtemas identificados, que se distribuem por todos os 11 temas de pesquisa, exprimindo-se por valores considerados menos expressivos (entre uma e quatro ocorrências). Por outro lado, também se infere alguma concentração nos dados, na medida em que as frequências de ocorrência mais expressivas (situadas entre cinco e 11 valores) registam-se numa clara minoria (n=8; 19%) desses subtemas, que, por sua vez, se distribuem por uma discreta minoria (n=5; 28%) dos temas. Este pequeno grupo, mais relevante para a análise do que o anterior, responde por praticamente metade das ocorrências assinaladas (n=68; 49%). As suas designações são, por ordem decrescente (Anexo B, Tabela 6):

1. BA. Uso e impacto da informação,
2. BG. Disseminação e difusão da informação,
3. FZ/GI. Gestão da Informação,
4. EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão,
5. DC. Bibliotecas públicas,
6. HC. Documentos de arquivo,
7. DD. Bibliotecas universitárias e
8. HT. *Web* 2.0, redes sociais.

No caso das coocorrências, constata-se que, do total de 11 temas identificados, os que possuem maior representatividade nos dados são os mesmos três (27%) dantes identificados na análise das ocorrências dos temas. Eles respondem, conjuntamente, por uma discreta maioria das frequências (n=86; 52%) e distribuem-se na mesma ordem decrescente (Anexo C, Tabela 7):

1. B. Uso da informação e sociologia da informação,
2. D. Bibliotecas como coleções físicas e
3. H. Fontes de informação, suportes e canais.

A esse primeiro grupo segue-se um segundo, com frequências de ocorrência um pouco menos expressivas (n=80; 48%), no qual se encontram representados os restantes oito temas (73%) de pesquisa, distribuídos também por ordem decrescente (Anexo C, Tabela 7):

1. C. Utilizadores, literacia e leitura,
2. F. Gestão, E. Publicação e questões legais,
3. E. Publicação e questões legais
4. I. Tratamento da informação para serviços de informação,
5. G. Indústria, profissão e formação,
6. L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca,

7. A. Aspectos teóricos e gerais de bibliotecas e informação e
8. J. Serviços técnicos em bibliotecas, arquivos e museus.

Portanto, comparando-se os dados correspondentes à análise das ocorrências e das coocorrências, constata-se que os temas que mais ocorrem são também os que se constituem como mais coocorrentes, comprovando-se, também neste caso, uma inclinação dos conteúdos específicos das investigações nesse mesmo sentido. Ainda, refira-se que alguns dos temas não incluídos no pequeno grupo dos temas considerados mais expressivos, apresentam, quer individualmente (situados num intervalo de entre 11 e 19 ocorrências), quer no todo (n=56; 34%), valores que os classificam como de média expressão e que merecem ser mais bem explorados, no futuro. São eles, sensivelmente e nesta ordem (cf. Anexo B, Tabela 7 e Anexo C, Tabela 8):

1. C. Utilizadores, literacia e leitura,
2. F. Gestão,
3. E. Publicação e questões legais e
4. I. Tratamento da informação para serviços de informação.

Adicionalmente, os dados revelam que um grupo minoritário de nove subtemas (21%) responde pela metade (n=83; 50%) das coocorrências apuradas nos dados, o que confere uma boa média a este grupo (n=9,2). São eles, em ordem decrescente (Anexo C, Tabela 7):

1. BA. Uso e impacto da informação,
2. BG. Disseminação e difusão da informação,
3. DC. Bibliotecas públicas,
4. FZ/GI. Gestão da Informação,
5. HC. Documentos de arquivo,
6. DD. Bibliotecas universitárias,
7. HT. *Web* 2.0, redes sociais,
8. CE. Literacia e
9. EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão.

Não obstante o facto de concentrarem exatamente a outra metade das coocorrências (n=83; 50%), os demais 34 (79%) subtemas identificados apresentam uma média (n=2.4) com valores proporcionalmente inferiores (Anexo C, Tabela 7).

Com isso, constata-se que a minoria esmagadora (n=9; 21%) dos subtemas identificados apresenta uma elevada média (9.2) de coocorrência nos dados, sucedendo exatamente o contrário com a maioria (n=34; 79%), cuja média (2.4) é sobejamente inferior. No âmbito deste estudo, é facto que as coocorrências em muito se devem à necessidade de evidenciar mais de um aspeto dos conteúdos das teses. Não obstante, reconhece-se que esses indicadores apontam para a necessidade de aprofundar a investigação, incidindo especialmente nesse grupo minoritário de subtemas, em função do seu potencial para oferecer explicações adicionais. Sem dúvida, este será um desafio a acrescentar proximamente, no intento de tonificar e de enriquecer as análises até ao momento realizadas.

Temas e subtemas: distribuição pelos programas de doutoramento

Como último repto, apresenta-se a distribuição dos temas e dos subtemas identificados, pelos diversos programas de doutoramento oferecidos nas universidades portuguesas.

Como se viu, são cinco os programas que concentram as teses concluídas, alocados nas seguintes universidades: UP/UA_v, UÉ, UC, UP. É nesse âmbito que se exprimem as frequências de ocorrência dos temas e dos subtemas que refletem, quer os conteúdos, quer as tendências das investigações produzidas.

A tabela 8 (cf. Anexo D) mostra que os três (27%) temas já evidenciados nos dados anteriormente analisados são também frequentes em todos os cinco programas das universidades que oferecem/ofereceram cursos de doutoramento no país, o que reforça, uma vez mais, essa tendência nos dados recolhidos por esta investigação. São eles, em ordem decrescente:

1. B. Uso da informação e sociologia da informação,
2. D. Bibliotecas como coleções físicas e
3. H. Fontes de informação, suportes e canais.

A esses temas seguem-se, também em ordem decrescente de frequência, os restantes oito (73%) temas (Anexo D, Tabela 8):

1. E. Publicação e questões legais, com quatro (80%) ocorrências: UP/UA_v, UC, UÉ, UFP;
2. F. Gestão, com quatro (80%) ocorrências: UP/UA_v, UC, UÉ, UP;
3. G. Indústria, profissão e formação, com quatro (80%) ocorrências: UP/UA_v, UC, UÉ, UP;
4. I. Tratamento da informação para serviços de informação, com três (60%) ocorrências: UP/UA_v, UÉ, UP;
5. J. Serviços técnicos em bibliotecas, arquivos e museus, com duas (40%) ocorrências: UP/UA_v, UÉ;
6. L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca, com duas (40%) ocorrências: UP/UA_v, UÉ;
7. A. Aspectos teóricos e gerais de bibliotecas e informação, com uma (20%) ocorrência: UP/UA_v; 20% e
8. C. Utilizadores, literacia e leitura, com uma (20%) ocorrência: UP/UA_v.

Quanto aos dois programas com maior representatividade nos dados (UP/UA_v e UÉ), a mesma tabela 8 (cf. Anexo D) evidencia que apenas em um único programa (UP/UA_v) encontram-se representados todos os 11 temas identificados por este estudo, com frequências de ocorrência variáveis (entre 1 e 19), dependendo do tema. De modo semelhante, na UÉ, em que se registam valores muito próximos do anterior, constata-se a presença de nove (82%) dos 11 temas identificados. As duas ausências, quer no caso deste programa, em particular, quer no caso dos demais, à exceção, naturalmente, da UP/UA_v, referem-se aos seguintes temas (Anexo D, Tabela 8):

1. A. Aspectos teóricos e gerais de bibliotecas e informação e
2. C. Utilizadores, literacia e leitura.

Quando distribuídos em função dos dois (40%) programas que concentram um maior número de ocorrências, os temas que apresentam uma maior frequência, pela ordem decrescente de distribuição, são (Anexo D, Tabela 8):

1. na UP/UA: (i) B. Uso da informação e sociologia da informação, (ii) E. Publicação e questões legais, (iii) H. Fontes de informação, suportes e canais, (iv) C. Utilizadores, literacia e leitura e (v) D. Bibliotecas como coleções físicas e
2. na UÉ: (i) D. Bibliotecas como coleções físicas e (ii) H. Fontes de informação, suportes e canais.

Nos três (60%) demais programas (UC, UP e UFP), dado o número reduzido de resultados, não se verificam tendências (Anexo D, Tabela 8).

A tabela 8 (cf. Anexo D) também revela que os subtemas mais frequentes nos dados referentes aos programas, procedem, primeiramente, das teses concluídas na UP/UA, em que, de um total de 74 (53%) ocorrências, maioritariamente, registam-se, em ordem decrescente:

1. BA. Uso e impacto da informação, com sete (9%) ocorrências;
2. BG. Disseminação e difusão da informação, com sete (9%) ocorrências;
3. FZ/GI. Gestão da Informação, com sete (9%) ocorrências;
4. EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão, com seis (8%) ocorrências.

Na UÉ, que vem na sequência, de um total de 40 (29%) ocorrências distinguem-se, ainda que com valores mais discretos:

1. DC. Bibliotecas públicas, com quatro (10%) ocorrências;
2. BA. Uso e impacto da informação, com três (8%) ocorrências;
3. DD. Bibliotecas universitárias, com três (8%) ocorrências;
4. HC. Documentos de arquivo, com três (8%) ocorrências e
5. HT. *Web 2.0*, redes sociais, com três (8%) ocorrências.

Nas demais universidades, dado o número relativamente pouco expressivo de teses concluídas, não se constata qualquer inclinação nos dados examinados.

Finalmente, no que respeita aos temas, os dados revelam, por um lado, algumas tendências mais visíveis de investigação, direcionadas a determinados assuntos, que são:

1. B. Uso da informação e sociologia da informação,
2. D. Bibliotecas como coleções físicas,
3. F. Gestão,
4. E. Publicação e questões legais e
5. H. Fontes de informação, suportes e canais.

Por outro lado, exprimem tendências menos visíveis, conquanto presentes, no que respeita a outros tópicos, sendo eles:

1. G. Indústria, profissão e formação,

2. I. Tratamento da informação para serviços de informação e
3. L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca.

Aqui, também, e de modo similar aos outros casos, sugere-se explorar possíveis aproximações com os perfis dos programas de doutoramento oferecidos, bem como dos orientadores alocados nessas universidades, com vista a aprofundar a análise realizada. Contudo, para que esta exploração se queira eficaz, há que recolher, numa outra oportunidade, dados que confirmem ou infirmem essas potenciais hipóteses.

As revistas especializadas

Das diferentes consultas efetuadas identificámos quatro revistas portuguesas que atualmente constituem meios expeditos de difusão da pesquisa científica na área da CI: o *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, os *Cadernos BAD*, as *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, e a *Prisma.com*. A sua seleção foi o resultado da aplicação de critérios qualitativos, nomeadamente a opinião dos pares recolhida em alguns artigos de investigação e a pertença institucional destas publicações a organismos diretamente envolvidos na formação de 3º ciclo e investigação em CI, cruzados com critérios taxonómicos testados num conjunto diferenciado de bases de dados.

A fim de traçar um perfil de cada uma destas publicações periódicas, resultante da informação consultada nas suas páginas *Web* e dos dados apurados nas bases de dados compulsadas, apresentamos uma síntese no Quadro 4, que passaremos a comentar de seguida.

O *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, fundado em 1973 para divulgação dos fundos do arquivo universitário português com maior valor patrimonial (o AUC), atravessou um conjunto de anos de publicação muito irregular, tendo sido relançado em 2012, ano em que passou a ser editado em formato exclusivamente digital e em acesso aberto, o que é tanto mais de saudar quanto não é uma prática comum no panorama internacional deste ramo aplicado da CI (Freitas, 2017). Tal mudança foi acompanhada por uma aposta muito bem sucedida na sua requalificação editorial e científica, o que lhe valeu, em pouco tempo, a indexação na *WoS*, na área da História (desde 2015) —não recuperada no *SSCI* do *JCR*, mas apenas na “Coleção principal *WoS*”, por aquele índice não abranger as Humanidades, devido ao desencontro da cultura de citação desta área com a janela cronológica de citação prevista pelo *Impact Factor (IF)*—, assim como a indexação no *SJR*, desta feita na área da *LIS* (desde 2016), pela sua vocação, concretizada, para publicar trabalhos de Arquivística e de discussão interdisciplinar entre a CI e a História (Paiva & Ramos, 2012). Até 2017 anual, esta revista alterou também a sua periodicidade, tendo passado a ser semestral a partir do primeiro número do vol. XXXI de 2018, prevendo-se que continuará a contribuir, agora de forma ainda mais regular, para a difusão e discussão nacional e internacional das problemáticas arquivísticas por si mesmas ou em diálogos interdisciplinares.

Prosseguindo em ordem alfabética, surge-nos a primeira revista portuguesa especializada na área editada à margem de organismos estatais —os *Cadernos BAD*—, já cinquentenária, fundada em 1963

Quadro 4. Características das atuais revistas portuguesas da área da CI (2018).

Revistas Caraterísticas	Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra	Cadernos BAD	Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	PRISMA.COM
Ano de fundação	1973	1963	1997	2005
ISSN	2182-7974	0007-9421	2183-6671	1646-3153
Editor	Imprensa da Universidade de Coimbra	APBAD	CIC.Digital (Porto)	CIC.Digital (Porto)
Direção	José Pedro Paiva (FLUC); Júlio Ramos (AUC)	Alexandra Lourenço (DGLAB; ¹⁷ FCSH-UNL)	Fernanda Ribeiro (FLUP; CIC.Digital (Porto))	Elisa Cerveira (FLUP; CIC.Digital (Porto))
Âmbito temático¹⁸	Arquivística e História	Temas teóricos e práticos da profissão BAD	Ciência da Informação	Ciências, Artes e Tecnologias da Comunicação e da Informação
Periodicidade	Semestral	Semestral	Semestral	Semestral
Acesso	Revista digital de acesso aberto ¹⁹	Revista digital de acesso aberto ²⁰	Revista digital de acesso aberto ²¹	Revista digital de acesso aberto ²²
Indexação	WoS (History), Scopus (LIS), ERIH Plus (History, Interdisciplinary research in the Humanities, LIS); Latindex (Diretório: Humanidades, CDU: 930.25); CrossRef	Latindex (Catálogo: CI, CDU: 02); MIAR (Información y Documentación (I y D)); Academic Search Premier; Fuente Academica Plus; Library & Information Science Source; LISTA; CrossRef	Latindex (Diretório: CI, CDU: 02); MIAR (I y D); DOAJ; Library & Information Science Source; LISA; LISTA; CrossRef	MIAR (Comunicación Social); Academic Research Premier; CrossRef

Fonte: Elaboração própria com recurso às páginas Web das revistas e às bases de dados onde se encontram atualmente indexadas, confirmadas a 04-06-2018.

17. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas do Ministério da Cultura de Portugal.

18. Esta classificação temática baseou-se em exclusivo, e ao pé da letra, na informação disponibilizada nas páginas Web de cada uma das revistas.

19. O *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* encontra-se disponível na WWW em: <http://impactum-journals.uc.pt/boletimauac>.

20. A revista *Cadernos BAD* encontra-se disponível na WWW em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/index>.

21. A revista *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* encontra-se disponível na WWW em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeib/index>.

22. A revista *Prisma.com* encontra-se disponível na WWW em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/index>.

e tida como uma referência no meio, mau grado as dificuldades que foi tendo em corresponder com a sua periodicidade, oscilante entre quadrimestral e semestral, intercalada com alguns hiatos de tempo sem ser publicada, ou recorrendo à publicação de números duplos. Para além do pioneirismo editorial, os *Cadernos BAD* deram o enquadramento possível à época (ainda no contexto da ditadura do Estado Novo) ao trabalho de um grupo com o mesmo nome —o “Grupo dos *Cadernos*”— que estiveram na base da fundação do movimento associativo português em torno dos profissionais de I&D (Informação & Documentação): a Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), fundada dez anos mais tarde, em 1973, em prol da afirmação social, da dignificação laboral e da modernização dos profissionais da informação em Portugal (Amaral, 2013). Atualmente, os *Cadernos BAD* encontram-se indexados no Catálogo da *Latindex*, cumprindo a totalidade dos 36 critérios de qualidade ali avaliados.

A *Páginas a&b*, fundada em 1997 e editada pelo Gabinete a&b, logrou apresentar-se com uma periodicidade semestral regular. A partir de 2008 e até 2012, a sua edição passou a ser partilhada pelo CETAC.MEDIA, UI da Universidade do Porto, definindo-se assim como a primeira revista portuguesa académica a especializar-se, em exclusivo, na área. Retomada com uma nova série em 2014, e desde então publicada apenas em formato digital, em 2016 passou a ser publicada pelo CIC.Digital (Porto) (Cerveira, 2016) UI da Universidade do Porto que sucedeu ao CETAC.MEDIA aquando da extinção deste centro. Num dos primeiros estudos bibliométricos dirigidos à CI portuguesa (Cerveira & Silva, 2007), realizado por ocasião dos dez

anos desta revista, ficou confirmada a sua maior propensão para ser escolhida por autores oriundos do meio académico, com destaque para as universidades brasileiras, uma vez que em Portugal se começavam a dar os primeiros passos na investigação, como vimos relativamente à defesa de teses de doutoramento (Figura 1).

Finalmente, decidimos integrar a revista Prisma.com —revista digital e em acesso aberto desde a sua origem, em 2005—, por questões de índole qualitativa, já que a sua recuperação taxonómica nunca ocorreu para a área da CI em nenhuma das bases compulsadas. Na verdade, para além da pouca visibilidade que alcança nessas bases, a área disciplinar onde obtém reconhecimento é a das Ciências da Comunicação/ Jornalismo, como acontece na *MIAR*. Todavia, e tal como vimos atrás, o “caleidoscópico” da disciplinaridade é por demais complexo e, neste trabalho, uma das linhas de rumo foi a perspetiva institucional, na medida em que esta tenha sido a base para a formação avançada, indissociável da investigação e publicação na área.

Se a ligação íntima da Prisma.com ao programa doutoral em ICPD foi sendo intuída ao longo de todo o seu percurso, no nº especial n. 22 (2014): Especial (ICPD), ela é manifesta, pelo que, por coerência com a inclusão do mesmo curso na análise dos doutoramentos não encontramos razões substantivas para excluir a revista da análise das publicações especializadas na área da CI. Em reforço desta opção, atente-se, a título de exemplo, na incidência temática dos dois últimos números, perfeitamente enquadrados nesta área, sem carecerem sequer de um olhar forçosamente transdisciplinar, constituindo leitura muito útil para os seus investigadores, a saber: o nº 34 de 2017, “Especial (Informação e Imaginário)” e o nº 36 de 2018, o mais recente, dedicado à “Comunicação científica”. Finalmente, e não estando ainda disponível uma análise exaustiva da produção desta revista, onde venham a ressaltar os muitos outros artigos nesta área que vão pontuando as demais edições, acresce um último argumento.

Na verdade, desde o nº. 2 de 2006 que integra uma “Secção Concteci” (Congresso em Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação) —congresso internacional realizado na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP)—, habitual em todos os números do segundo semestre de cada ano, composta por quatro artigos que correspondem a duas palestras proferidas por oradores convidados na Sessão Plenária em Ciência da Informação e duas comunicações aí apresentadas e escolhidas, a título de prémio, para constarem na referida Secção (Cerveira, 2016: 2). Contando já com 36 volumes, editados com uma regularidade semestral irrepreensível, única no contexto das quatro revistas aqui analisadas, a que não poucas vezes é acrescentado um número especial, falta apostar numa indexação mais alargada nas principais bases de dados internacionais —a ser esse o rumo traçado pelos seus corpos editoriais—, objetivo que acreditamos alcançará com facilidade.

Conclusões

A formação em Portugal na área de CI tem um longo percurso temporal, tendo nas últimas duas décadas sofrido uma transformação ex-

pressiva. O encerramento de tantos cursos em tantas universidades tem uma única razão, a ausência de corpo docente qualificado na área de especialidade que possa assegurar a sua lecionação. Esta exigência e esta necessidade de incorporação de corpo docente qualificado e especializado é mais visível no 3º ciclo de estudos, razão pela qual, numa fase transitória, algumas universidades portuguesas recorreram a convênios com universidades estrangeiras para conferir este grau. Naturalmente que esta decisão não é sustentável, dado que o estímulo e a proximidade se traduzem por uma maior eficácia formativa e pela oportunidade de uma efetiva integração dos/as estudantes de doutoramento nas atividades dos centros de investigação portugueses. A este fenómeno não é alheia, também, a concessão de bolsa, tanto em Portugal, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), como no Brasil, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que constitui uma forma basilar de financiamento da formação científica e de criação de uma comunidade científica mais robusta e internacionalizada. O significativo aumento do número de doutorados, mais acentuado na presente década, constitui, pois, sem qualquer dúvida, um sinal muito positivo para a CI em Portugal.

A análise temática das teses concluídas evidencia, no conjunto dos dados, uma forte concentração da maioria do conteúdo da investigação produzida em torno de um grupo minoritário de temas e de subtemas (cf. lista abaixo), constatando-se, à partida, que os mesmos refletem as tendências instaladas no âmbito dos diversos programas de doutoramento analisados:

1. B. Uso da informação e sociologia da informação
 - BA. Uso e impacto da informação
 - BG. Disseminação e difusão da informação
2. D. Bibliotecas como coleções físicas
 - DC. Bibliotecas públicas
 - DD. Bibliotecas universitárias
3. E. Publicação e questões legais
 - EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão
4. F. Gestão
 - FZ/GI. Gestão da Informação
5. H. Fontes de informação, suportes e canais
 - HC. Documentos de arquivo
 - HT. *Web* 2.0, redes sociais

Como contraponto, registam-se temas com uma fraca expressão nos dados (A. Aspetos teóricos e gerais de bibliotecas e informação e J. Serviços técnicos em bibliotecas, arquivos e museus) ou, ainda, o caso particular de um único tema completamente ausente desse processo de representação temática (K. Técnicas de armazenamento). Coloca-se como repto, a perspetiva de explorar, com uma maior profundidade, todas essas situações, no futuro.

Finalmente, no que às revistas diz respeito, podemos dizer que assistimos, de há poucos anos para cá, ao desenvolvimento de um trabalho editorial muito meritório, numa clara aposta na revisão científica pelos pares, no acesso aberto —com opção atual pela sua “via dourada”— e na intensificação da abertura ao meio académico inter-

nacional. Tal esforço é convergente do referido processo acelerado de reconversão académica da área (Marcos, 2016), que naturalmente se estende a toda a atividade de investigação, onde as revistas têm um papel fulcral. A exemplo do nível de visibilidade e reconhecimento internacionais alcançados pelo *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, é expectável que o mesmo venha a acontecer em breve com as demais revistas portuguesas da área, os *Cadernos BAD* e as duas revistas de implantação universitária, as *Páginas a&b* e a *Prisma.com*. Em qualquer um destes três casos, ao nível de qualidade que todos podemos testemunhar, falta apenas acrescentar a aposta, necessariamente sistemática, na sua validação junto das principais bases de dados onde este tipo de publicações é mais valorizado, o que pode ser agilizado através de uma profissionalização tendencial do papel dos editores. ■

Referências bibliográficas

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (sem data). Glossário | A3ES. Obtido 30 de Julho de 2018, de <http://www.a3es.pt/pt/documentos/documentos/glossario>

Almeida, P. de, Cardoso, S., Borges, M. M., & Sanz Casado, E. (2017). Das práticas de autocitação em Ciência da Informação: um estudo de caso sobre a realidade portuguesa. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 389-399). Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. Disponível em: <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>

Amaral, A. E. M. (2013). Apontamentos para a história da BAD: os primeiros anos (1973/1983). *Cadernos BAD*, (1/2), 7-15.

Archambault, É., & Gagné, É. V. (2004). *The Use of Bibliometrics in the Social Sciences and Humanities: final report* (p. 79). Montreal: Science-Metrix. Disponível em: http://www.science-metrix.com/pdf/SM_2004_008_SSHRC_Bibliometrics_Social_Science.pdf

Arquero Avilés, M. del R. (2001). *Análisis de la investigación española en biblioteconomía y documentación, 1975-1984* (Tese de doutoramento). Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/tesis/inf/ucm-t25424.pdf>

Barata, P. J. S. (1997). Investigação em arquivo: tendências dos anos 90. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (1), 9-42.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bastos, G. (2006). Percursos de formação: o lugar das Ciências da Informação e da Documentação. *Cadernos BAD*, (1), 77-83. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/806>

Bates, M. J. (1999). The invisible substrate of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1043-1050. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1043::AID-ASII>3.0.CO;2-X](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1043::AID-ASII>3.0.CO;2-X)

Borko, H. (1968). Information science: What is it? *American Documentation*, 19(1), 3-5. doi: 10.1002/asi.5090190103.

Braga, M. I. P. (2006). O processo de Bolonha e a inevitável mudança na área da Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, (1). Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/803>

Cerqueira, L., & Silva, A. B. M. da. (2007). Uma abordagem infométrica no âmbito da ciência da informação a propósito dos dez anos da edição das Páginas a&b (1997-2007). *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (20), 7-48.

Cerveira, E. (2016). Editorial. PRISMA.COM, 0(32), 1-2. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2210>

Couture, C., Ducharme, J., & Rousseau, J.-Y. (1988). L'archivistique a-t-elle trouvé son identité? *Argus*, 17(2), 51-60.

De Filippo, D., & Levin, L. (2015). Estudio de la producción Ibérica en Biblioteconomía y Documentación a través del análisis de Comunidades Bibliográficas. In *Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información*

y *Documentación en la era digital* (Vol. VII, p. 15). Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/art/268-DeFilippo_produccion-iberica-ByD.pdf

Decreto-Lei n.º 369/2007 de 5 de novembro, Pub. L. No. 369/2007, Diário da República n.º 212/2007, Série I de 2007-11-05 8032 (2007). Disponível em: <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/369/2007/11/05/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de Fevereiro, Pub. L. No. 42/2005, 1494 (2005). Disponível em: http://www.crup.pt/crup/sitecrup/wp-content/uploads/2016/10/Decreto-Lei_n_42.2005_de_22_de_Fevereiro.pdf

Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, Pub. L. No. 74/2006, Diário da República n.º 60/2006, Série I-A de 2006-03-24 2242 (2006). Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/671387>

Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, Pub. L. No. 49/2005, Diário da República, I Série-A, n.º 166 (2005). Disponível em: http://www.crup.pt/crup/sitecrup/wp-content/uploads/2016/10/Lei_n_49.2005_de_30_de_Agosto.pdf

Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, Pub. L. No. 62/2007, Diário da República n.º 174/2007, Série I de 2007-09-10 6358 (2007). Retrieved from <https://dre.pt/application/file/640244>

European Council of Information Associations. (2005). *EURO Referencial I-D*. (Rev. e trad. Leonor Gaspar Pinto). INCITE. Disponível em: https://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc_noticias/EuroReferencial_P.pdf

- Freireira, C., & Neves, B. (2013). e-Lis: análise da participação dos investigadores portugueses no maior repositório para a Ciência da Informação. In B. Rodríguez-Bravo & F. Ribeiro (Eds.) (Vol. VI, pp. 1536-1553). *Encontro Ibérico EDICIC*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC.MEDIA. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/20638/>
- Fonseca, M. O. K. (2005). *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Freitas, J. A. G. (2006). Bolonha e a formação universitária e profissional em Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, (1). Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/798>
- Freitas, M. C. V. de (2012). Grounded Theory como método de investigação em Arquivologia: subsídios teóricos e práticos. In Marta L. Pomim Valentim (Org.), *Estudos Avançados em Arquivologia*. (Cap. 6, p. 117-134). Marília: Oficina Universitária. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf
- Freitas, M. C. V. de (2017). Revistas especializadas em temas arquivísticos e em acesso aberto: uma cartografia necessária. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 211-226). Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx - CEIS20. Disponível em: <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>
- Glaser, B. (1978). *Theoretical sensitivity*. Mill Valley: Sociology Press.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Gómez Crisóstomo, R., Romo Fernández, L.-M., & Caldera Serrano, J. (2017). Coautoria Hispano Portuguesa en el área de Information Science & Library science de la Web of Science. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 291-300). Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx - CEIS20. Disponível em: <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>
- Guimarães, M. C. S., Silva, C. H. da, & Borges, M. M. (2015). Via dourada no Brasil e em Portugal: uma década depois de Budapeste. In J. Zabala Vázquez, R. Sánchez Jiménez & M. A. García Moreno (Eds.), 7º Encontro Ibérico EDICIC - Desafios y oportunidades de las Ciencias de la Información y Documentación en la era digital. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Biblioteca histórica Marqués de Valdecilla. Disponível em: <https://estudogeneral.sib.uc.pt/handle/10316/29970>
- Hicks, D. (2006). The Dangers of Partial Bibliometric Evaluation in the Social Sciences. *Economia Política*, 23(2), 145-162. Disponível em: http://works.bepress.com/diana_hicks/9/
- Ibekwe-SanJuan, F. (2012). The French conception of information science: "Une exception française"? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(9), 1693-1709. doi: 10.1002/asi.22670.
- Le Coadic, Y.-F. (2006). *La science de l'information* (Réimpr. de la 3. éd). Paris: Presses universitaires de France.
- Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto, Pub. L. No. 49/2005, Diário da República, I Série-A, nº 166 (2005).
- Leleu-Merviel, S. (2014). Figures féminines des sciences de l'information et de la documentation. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, (4). doi: 10.4000/rfsic.898.
- Lopes, P. F. (2006). O Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais do DCTI / ISCTE e o processo de Bolonha. *Cadernos BAD*, (1), 49-55. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/802>
- López Yepes, J. (1995). *La Documentación como disciplina: teoría e historia* (2. Ed. actualizada y ampliada). Pamplona: Universidad de Navarra.
- López Yepes, J., & Ros García, J. (1993). *¿Qué es documentación?: Teoría e historia del concepto en España*. Madrid: Síntesis.
- Marcos, I. M. (2016). Que futuro para o ensino da Ciência da Informação em Portugal? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (5), 3-21. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag>
- Nederhof, A. J. (2006). Bibliometric monitoring of research performance in the Social Sciences and the Humanities: A Review. *Scientometrics*, 66(1), 81-100. doi: 10.1007/s11192-006-0007-2.
- Oliveira, S. R. de, Moreira, C., Borbinha, J., & Garcia, M. Á. Z. (2015). Thematic Identification of "Little Science": Trends in Portuguese IS&LS Literature by Controlled Vocabulary and Co-Word Analysis. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries*, 4(2), 421-432.
- Oliveira, S. R. de, Moreira, C., Borbinha, J., & Zulueta García, M. Á. (2013). Uma análise bibliométrica do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1985-2012). *Cadernos BAD*, (1/2), 22-38. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1026>
- Olmeda Gómez, C., Perianes-Rodríguez, A., & Ovalle-Perandones, M.-A. (2008). Producción portuguesa en Biblioteconomía y Documentación. Web of Science, 1990-2005. In J. A. Frías & C. Travieso (Eds.). Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado laboram em informação e documentação em Espanha e Portugal (pp. 703-711). Salamanca: Universidad de Salamanca. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12143/>
- Paiva, J. P., & Ramos, J. (2012). Nota de Apresentação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXV, 5-6. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/918/376>
- Pereira, A. S. (2006). A formação profissional BAD e o processo de Bolonha. *Cadernos BAD*, (1), 28-35. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/800>
- Pinto, M. M. G. de A. (2008). A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (2), 7-62.
- Portugal. Ministério da Ciência e da Tecnologia. (2017). Política Nacional de Ciência Aberta. Disponível em: <http://www.ciencia-aberta.pt/pnca>
- Reyes, A., Barreto, C., Cerdeirinha, J., Guedes, M. de S., Teixeira, P., & Nêo, S. (2017). Gestor e Curador da Informação: tendências, perfis e estratégias de reconhecimento. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (7), 3-15. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2835/2592>
- Ribeiro, F. (2006). O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques* (Vol. 2, pp. 47-63). Porto: Faculdade de Letras. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf
- Ribeiro, F. (2006a). Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. *Cadernos BAD* (1), 16-27. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/799/798>

Ribeiro, F. (2010). A formação dos profissionais da informação em Portugal: percurso evolutivo e perspectivas actuais. In S. Gorbea Portal (Eds.), *Potencialidades de investigación y docencia iberoamericanas en ciencias bibliotecológica y de la información: memoria* (pp. 279-294). México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México.

Ribeiro, F., & Cerveira, E. (2011). *Transformar o futuro sem esquecer o passado* (pp. 37-43). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido de <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1388&sum=sim>

Ribeiro, F., Cerveira, E., & Azevedo, A. G. (1995). Curso de Especialização em Ciências Documentais: 100 aniversário: balanço e perspectivas futuras. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 12, 477-504. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8254>

Ribeiro, F., & Pinto, M. M. G. de A. (2009). O acesso aberto à investigação em Ciên-

cia da Informação em Portugal: alcance e impacto. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, (4), 7-33.

Rosa, M. de L. (2008). A transição para Bolonha da formação pós-graduada em Ciências da Informação e da Documentação na Faculdade de Ciências Documentais e da Informação na Universidade Nova de Lisboa. In J. A. Frías & C. Travieso (Eds.), *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado laboram em informação e documentação em Espanha e Portugal* (pp. 209-216). Salamanca: Universidad de Salamanca.

Saracevic, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 1(1), 41-62. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>

Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Infor-*

mation Science, 50(12), 1051-1063. doi: 10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-AS12>3.0.CO;2-Z.

Silva, A. M. da. (2016). Que ciência da informação precisamos para enfrentar a complexidade? Em *Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade* (MIT) (Vol. XVII, p. 29). Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/102604>

Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2002). *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento.

Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (Vol. 1). Porto: Afrontamento.

Strauss, A., & Corbin, J. (2002). *Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Antioquia: Editorial Universidad de Antioquia.

Anexo A

Adaptação da proposta de tradução para português do Brasil do JITA-CSLIS (Viana, 2006): classes e subclasses identificadas nos dados da pesquisa (n=54).

A. ASPECTOS TEÓRICOS E GERAIS DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

AC. Relações da Biblioteconomia e CI com outros campos

B. USO DA INFORMAÇÃO E SOCIOLOGIA DA INFORMAÇÃO

BA. Uso e impacto da informação

BF. Política da informação

BG. Disseminação e difusão da informação

BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade

BJ. Comunicação

C. UTILIZADORES, LITERACIA E LEITURA

CC. Categorias de utilizadores: crianças, jovens, grupos sociais

CD. Formação de utilizadores, promoções, atividades, educação

CE. Literacia

CF. Leitura e story telling

D. BIBLIOTECAS COMO COLEÇÕES FÍSICAS

DC. Bibliotecas públicas

DD. Bibliotecas universitárias

DE. Bibliotecas escolares

DG. Bibliotecas privadas

DK. Bibliotecas de Saúde, bibliotecas médicas

DL. Arquivos

DZ/CD. Centros de Documentação

E. PUBLICAÇÃO E QUESTÕES LEGAIS

EA. Meios de comunicação social

EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão

ED. Propriedade intelectual: direitos de autor, propriedade, copyright, copyleft, acesso aberto

EZ/DR. Direito e regulação

F. GESTÃO

- FB. Marketing
- FH. Reorganização
- FZ/GI. Gestão da Informação
- FZ/MB. Missão da biblioteca

G. INDÚSTRIA, PROFISSÃO E FORMAÇÃO

- GD. Organizações
- GF. Biografias
- GG. Aspectos curriculares
- GI. Formação

H. FONTES DE INFORMAÇÃO, SUPORTES E CANAIS

- HC. Documentos de arquivo
- HH. Audiovisual, multimédia
- HM. OPAC
- HP. Recursos eletrónicos
- HS. Repositórios
- HT. Web 2.0, redes sociais

I. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

- ID. Representação do conhecimento
- IE. Dados e estruturas de metadados
- IJ. Serviço de referência
- IZ/OC. Organização do conhecimento

J. SERVIÇOS TÉCNICOS EM BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

- JA. Aquisições
- JH. Preservação digital

L. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DE BIBLIOTECA

- LZ/BD. Bibliotecas digitais
- LZ/I. Impactos

Fonte: O esquema original completo encontra-se disponível na WWW em: Automatic citation updates are disabled. To see the bibliography, click Refresh in the Zotero tab.

Notas: A sublinhado, as subclasses utilizadas com alguma adaptação.

Anexo B**Tabela 6. Ocorrências: distribuição por classes, intervalos, temas e subtemas.**

Intervalos, temas e subtemas identificados	Ocorrências (distribuição por classes, em ordem decrescente)	%
20 ou mais ocorrências	72	52
B. USO DA INFORMAÇÃO E SOCIOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30	22
BA. Uso e impacto da informação	11	8
BG. Disseminação e difusão da informação	11	8
BF. Política da informação	4	3
BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade	2	1
BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade	2	1
D. BIBLIOTECAS COMO COLEÇÕES FÍSICAS	22	16
DC. Bibliotecas públicas	8	6
DD. Bibliotecas universitárias	6	4
DL. Arquivos	3	2
DZ/CD. Centros de Documentação	2	1
DE. Bibliotecas escolares	1	1
DG. Bibliotecas privadas	1	1
DK. Bibliotecas de Saúde, bibliotecas médicas	1	1

H. FONTES DE INFORMAÇÃO, SUPORTES E CANAIS	20	14
HC. Documentos de arquivo	7	5
HT. Web 2.0, redes sociais	5	4
HH. Audiovisual, multimédia	3	2
HS. Repositórios	3	2
HM. OPAC	1	1
HP. Recursos eletrónicos	1	1
Entre 11 e 19	41	30
E. PUBLICAÇÃO E QUESTÕES LEGAIS	15	11
EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão	10	7
ED. Propriedade intelectual: direitos de autor, propriedade, copyright, copyleft, acesso aberto	3	2
EA. Meios de comunicação social	1	1
EZ/DR. Direito e regulação	1	1
F. GESTÃO	15	11
FZ/GI. Gestão da Informação	10	7
FB. Marketing	2	1
FH. Reorganização	2	1
FZ/MB. Missão da biblioteca	1	1
I. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	11	8
ID. Representação do conhecimento	3	2
IE. Dados e estruturas de metadados	3	2
IZ/OC. Organização do conhecimento	3	2
IJ. Serviço de referência	2	1
Entre 1 e 10	25	18
C. UTILIZADORES, LITERACIA E LEITURA	8	6
CC. Categorias de utilizadores: crianças, jovens, grupos sociais	3	2
CE. Literacia	3	2
CD. Formação de utilizadores, promoções, atividades, educação	1	1
CF. Leitura e story telling	1	1
G. INDÚSTRIA, PROFISSÃO E FORMAÇÃO	7	5
GD. Organizações	4	3
GF. Biografias	1	1
GG. Aspetos curriculares	1	1
GI. Formação	1	1
L. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DE BIBLIOTECA	6	4
LZ/I. Impactos	4	3
LZ/BD. Bibliotecas digitais	2	1
A. ASPECTOS TEÓRICOS E GERAIS DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO	2	1
AC. Relações da Biblioteconomia e CI com outros campos	2	1
J. SERVIÇOS TÉCNICOS EM BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS	2	1
JA. Aquisições	1	1
JH. Preservação digital	1	1
n=43	138	100

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.

Anexo C

Tabela 7. Coocorrências: distribuição por classes, intervalos, temas e subtemas.

Intervalos, temas e subtemas	Coocorrências (distribuição por classes, em ordem decrescente)	%
20 ou mais coocorrências	86	52
B. USO DA INFORMAÇÃO E SOCIOLOGIA DA INFORMAÇÃO	33	20
BA. Uso e impacto da informação	13	8
BG. Disseminação e difusão da informação	10	6
BF. Política da informação	5	3

BJ. Comunicação	3	2
BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade	2	1
D. BIBLIOTECAS COMO COLEÇÕES FÍSICAS	27	16
DC. Bibliotecas públicas	9	5
DD. Bibliotecas universitárias	7	4
DL. Arquivos	3	2
DZ/CD. Centros de Documentação	3	2
DG. Bibliotecas privadas	2	1
DE. Bibliotecas escolares	2	1
DK. Bibliotecas de saúde, bibliotecas médicas	1	1
H. FONTES DE INFORMAÇÃO, SUPORTES E CANAIS	26	16
HC. Documentos de arquivo	8	5
HT. Web 2.0, redes sociais	7	4
HS. Repositórios	5	3
HH. Audiovisual, multimédia	4	2
HM. OPAC	1	1
HP. Recursos eletrónicos	1	1
Entre 11 e 19 coocorrências	56	34
C. UTILIZADORES, LITERACIA E LEITURA	15	9
CE. Literacia	6	4
CC. Categorias de utilizadores: crianças, jovens, grupos sociais	5	3
CD. Formação de utilizadores, promoções, atividades, educação	2	1
CF. Leitura e story telling	2	1
F. GESTÃO	15	9
FZ/GI. Gestão da Informação	8	5
FB. Marketing	3	2
FH. Reorganização	2	1
FZ/MB. Missão da biblioteca	2	1
E. PUBLICAÇÃO E QUESTÕES LEGAIS	13	8
EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão	6	4
ED. Propriedade intelectual: direitos de autor, propriedade, copyright, copyleft, acesso aberto	4	2
EA. Meios de comunicação social	2	1
EZ/DR. Direito e regulação	1	1
I. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	13	8
ID. Representação do conhecimento	5	3
IE. Dados e estruturas de metadados	3	2
IZ/OC. Organização do conhecimento	3	2
IJ. Serviço de referência	2	1
Entre 1 e 10 coocorrências	24	14
G. INDÚSTRIA, PROFISSÃO E FORMAÇÃO	9	5
GD. Organizações	4	2
GF. Biografias	2	1
GI. Formação	2	1
GG. Aspetos curriculares	1	1
L. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DE BIBLIOTECA	7	4
LZ/I. Impactos	5	3
LZ/BD. Bibliotecas digitais	2	1
A. ASPECTOS TEÓRICOS E GERAIS DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO	4	2
AC. Relações da Biblioteconomia e CI com outros campos	4	2
J. SERVIÇOS TÉCNICOS EM BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS	4	2
JA. Aquisições	2	1
JH. Preservação digital	2	1
n=43	166	100

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.

Anexo D

Tabela 8. Distribuição dos temas e dos subtemas em função dos programas e das Universidades de origem das teses (n=138).

Universidades	Temas e subtemas / frequências de ocorrência individuais	n	%	
UC	B. Uso da informação e sociologia da informação			
	BA. Uso e impacto da informação / 1, BF. Política da informação / 1, BG. Disseminação e difusão da informação / 1	3	25	
	D. Bibliotecas como coleções físicas			
	DC. Bibliotecas públicas / 1, DL. Arquivos / 1, DZ/DC. Centros de Documentação / 1	3	25	
	E. Publicação e questões legais			
	EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão / 1, ED. Propriedade intelectual: direitos de autor, propriedade, copyright, copyleft, acesso aberto / 1	2	17	
	F. Gestão			
	FB. Marketing / 1, FZ/GI. Gestão da Informação / 1	2	17	
	G. Indústria, profissão e formação			
	GD. Organizações / 1	1	8	
UC	H. Fontes de informação, suportes e canais			
	HS. Repositórios / 1	1	8	
n=		12	9	
UÉ	B. Uso da informação e sociologia da informação			
	BA. Uso e impacto da informação / 3, BG. Disseminação e difusão da informação / 1, BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade / 1	5	13	
	D. Bibliotecas como coleções físicas			
	DC. Bibliotecas públicas / 4, DD. Bibliotecas universitárias / 3, DE. Bibliotecas escolares / 1, DG. Bibliotecas privadas / 1	9	23	
	E. Publicação e questões legais			
	EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão (2), EZ/DR. Direito e regulação / 1	3	8	
	F. Gestão			
	FB. Marketing / 1, FH. Reorganização / 2, FZ/GI. Gestão da Informação / 1, FZ/MB. Missão da biblioteca / 1	5	13	
	G. Indústria, profissão e formação			
	GF. Biografias / 1, GI. Formação / 1	2	5	
UÉ	H. Fontes de informação, suportes e canais			
	HC. Documentos de arquivo / 3, HM. OPAC / 1, HP. Recursos eletrónicos / 1, HT. Web 2.0, redes sociais / 3	8	20	
	I. Tratamento da informação para serviços de informação			
	ID. Representação do conhecimento / 1, IE. Dados e estruturas de metadados / 1, IJ. Serviço de referência / 1, IZ/OC. Organização do conhecimento / 1	4	10	
	J. Serviços técnicos em bibliotecas			
	JA. Aquisições / 1	1	3	
	L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca			
	LZ/I. Impactos / 1, LZ/BD. Bibliotecas digitais / 2	3	8	
	n=		40	29
	UFP	B. Uso da informação e sociologia da informação		
BF. Política da informação / 1, BG. Disseminação e difusão da informação / 1		2	40	
D. Bibliotecas como coleções físicas				
DC. Bibliotecas públicas / 1		1	20	
E. Publicação e questões legais				
EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão / 1	1	20		
UFP	H. Fontes de informação, suportes e canais			
	HS. Repositórios / 1	1	20	
n=		5	4	
UP	B. Uso da informação e sociologia da informação			
	BG. Disseminação e difusão da informação / 1	1	14	
	D. Bibliotecas como coleções físicas			
DL. Arquivos / 1	1	14		

UP	F. Gestão		
	FZ/GI. Gestão da informação / 1	1	14
	H. Fontes de informação, suportes e canais		
	HC. Documentos de arquivo / 1	1	14
	G. Indústria, profissão e formação		
	GG. Aspectos curriculares / 1	1	14
UP/UA _v	I. Tratamento da informação para serviços de informação		
	ID. Representação do conhecimento / 2	2	29
	n=	7	5
	A. Aspectos teóricos e gerais de bibliotecas e informação		
	AC. Relações da Biblioteconomia e CI com outros campos / 2	2	3
	B. Uso da informação e sociologia da informação		
	BA. Uso e impacto da informação / 7, BF. Política da informação / 2, BG. Disseminação e difusão da informação / 7, BI. Interfaces de utilizadores, usabilidade / 1, BJ. Comunicação / 2	19	26
	C. Utilizadores, literacia e leitura		
	CC. Categorias de utilizadores: crianças, jovens, grupos sociais (4, CE. Literacia / 3, CF. Leitura e story telling / 1	8	11
	D. Bibliotecas como coleções físicas		
	DC. Bibliotecas públicas / 2, DD. Bibliotecas universitárias / 3, DK. Bibliotecas de Saúde, bibliotecas médicas / 1, DL. Arquivos / 1, DZ/CD. Centros de Documentação / 1	8	11
	E. Publicação e questões legais		
	EA. Meios de comunicação social / 1, EB. Impressão, publicação eletrónica, transmissão / 6, ED. Propriedade intelectual: direitos de autor, propriedade, copyright, copyleft, acesso aberto (2	9	12
	F. Gestão		
FZ/GI. Gestão da informação / 7	7	9	
G. Indústria, profissão e formação			
GD. Organizações / 3	3	4	
H. Fontes de informação, suportes e canais			
HC. Documentos de arquivo / 3, HH. Audiovisual, multimédia / 3, HS. Repositórios / 1, HT. Web 2.0, redes sociais / 2	9	12	
I. Tratamento da informação para serviços de informação			
IE. Dados e estruturas de metadados / 2, IJ. Serviço de referência / 1, IZ/OC. Organização do conhecimento / 2	5	7	
J. Serviços técnicos em bibliotecas			
JH. Preservação digital / 1	1	1	
L. Tecnologia da informação e tecnologia de biblioteca			
LZ/I. Impactos / 3	3	4	
n=	74	53	
n=	138	100	

Fonte: dados produzidos pela pesquisa.